

Destaque

Geração parva Diplomados sem emprego eram quase 190 mil em 2010

Diplomados precários mais do que duplicaram em dez anos

A canção dos Deolinda “é um grito de revolta contra a ideologia da precarização”, diz António Nóvoa

Raquel Martins

● São cada vez mais no mercado de trabalho, mas o seu bilhete de entrada para o “maravilhoso” mundo dos que conseguem emprego tem sido pago, sobretudo, à custa da precariedade. Na última década, o número de diplomados com vínculos precários – contratos a termo, recibos verdes ou outras formas atípicas de contrato, sem contar com os estágios não remunerados e os bolsseiros – mais do que duplicou.

Eram 83 mil no final do terceiro trimestre de 2000 e no final de Setembro do ano passado chegavam já aos 190 mil. E é a muitos destes – e a muitos dos que engrossam os números do desemprego – que a canção dos Deolinda *Parva que sou* assentou que nem uma luva. Nas redes sociais, nas escolas, nas universidades, os mais jovens reviram-se naquele público que, quando há duas semanas nos coliseus do Porto e de Lisboa ouviu “Já é uma sorte eu poder estagiar”, aplaudiu de pé a voz de Ana Bacalhau.

A precarização do trabalho não é um problema exclusivo dos que têm formação superior. É um problema dos jovens e dos que entraram no mundo do trabalho nos últimos anos. Mas os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) não deixam margem para dúvidas: é entre os que saem das universidades e dos institutos politécnicos que os contratos a termo ou os recibos verdes mais têm crescido – 129 por cento – em comparação com o crescimento de 5,8 por cento verificado entre os que não foram além do ensino básico ou secundário.

A canção dos Deolinda é “um grito de revolta”, nas palavras do reitor da Universidade de Lisboa, António Nóvoa. “É um grito contra duas ideologias muito marcantes nos últimos anos em Portugal: a ideologia do capital humano, que trouxe aquilo a que designamos a armadilha do diploma, como se o facto de ter um fósse, por si só, um factor de sucesso e emprego – e hoje as pessoas percebem que não é, e passam de um diploma para

outro diploma. Mas também contra a ideologia da precarização – deste manter as pessoas numa zona cinzenta, do recibo verde, do estágio, da bolsa, sem que lhes seja dada uma oportunidade de carreira.”

Na última década, as fornadas de jovens que saíram do ensino superior mudaram a estrutura do emprego. O peso dos diplomados no total de trabalhadores por conta de outrem passou de 11,2 por cento em 2000 para os 18,5 por cento no ano passado. No mesmo período, os não licenciados – a esmagadora maioria dos que trabalham para um patrão – diminuiram 2,1 por cento). O problema está em saber se estes jovens qualificados que entram no mercado de emprego vão ou não desempenhar funções compatíveis com a sua formação.

De quem é a culpa?

Mas por que razão a geração mais qualificada de sempre não consegue arranjar um trabalho que corresponda às suas aspirações ou que lhes dê segurança para sair da “casinha dos pais”, como diz a canção? As culpas são repartidas entre o mercado de trabalho, a crise e o ensino.

“O sistema de emprego não teve capacidade para valorizar as qualificações que fomos capazes de gerar. Essa é, indiscutivelmente, a grande razão. A nossa estrutura económica é marcada por empregos onde há uma preferência pelas baixas qualificações”, diz José Reis, ex-secretário de Estado do Ensino Superior e catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

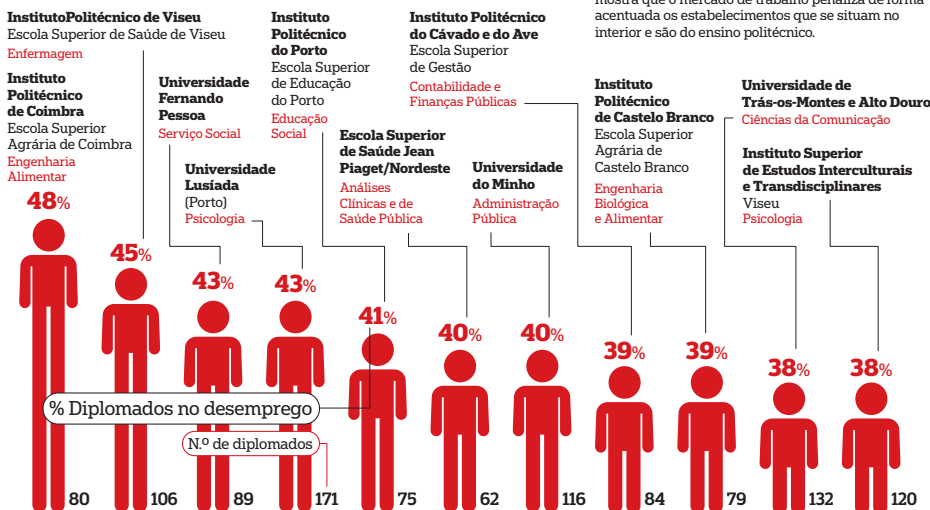
Também António Nóvoa defende que a desadequação entre o que o sistema de ensino produziu e o que o mercado absorveu não é culpa da educação. “Houve foi economia a menos.”

Já para Francisco Madelino, presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o problema está sobretudo no fraco crescimento e na crise que veio trocar as voltas à reestruturação do mercado de trabalho. “Se houver crescimento os jovens licenciados são absorvidos.

Um país desajustado entre jovens, canudos e trabalho

Top dos cursos e escolas com menos saída profissional

Dados de 2006 a 2010



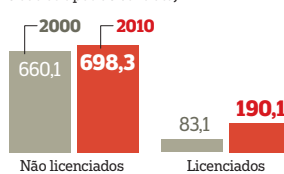
Nota: Diplomados entre 2006 e 2009 e Inscritos nos centros de emprego com curso concluído entre 2007 e 2010

Estudar o quê?

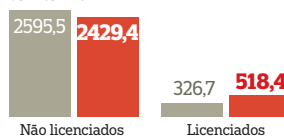
O problema começa logo na escolha da escola e do curso. A explicação também pode estar na localização. O ranking das escolas mais afectadas mostra que o mercado de trabalho penaliza de forma acentuada os estabelecimentos que se situam no interior e são do ensino politécnico.

Peso dos jovens licenciados nos indicadores do mercado de trabalho

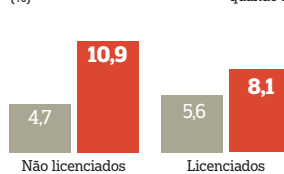
Contratos precários
(a termo, recibos verde e outros tipos de contrato)



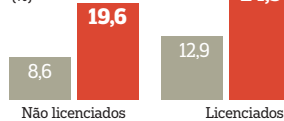
Contratos sem termo



Taxa desemprego dos 25 aos 34
(%)

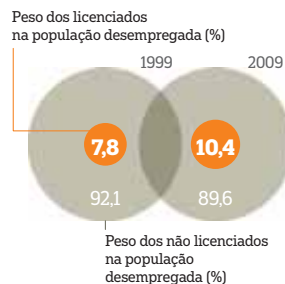


Taxa desemprego dos 15 aos 24 anos
(%)



Ser jovem e licenciado é ser de um grupo de risco

O desemprego cresce mais rapidamente entre os licenciados mais jovens. Quem tem uma licenciatura carrega também a factura do aumento do trabalho precário. Num mercado que lhes é adverso, bem podem dizer que a compensação chega quando conseguem passar a barreira da entrada.



Fontes: Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internas

Emigração é cada vez mais qualificada e feminina

Onze por cento dos que terminam o superior emigram.

Com a economia em recessão, os jovens portugueses procuram no estrangeiro as oportunidades que em Portugal escasseiam. Foi assim com os seus avós na década de 60 do século passado. É assim no século XXI, com duas diferenças significativas. A emigração actual é mais qualificada e mais feminina.

“Temos uma mistura entre o saco desportivo [que representa os emigrantes pouco qualificados] e a mala de executivo [onde se incluem os diplomados]. O saco desportivo é maior, mas a mala de executivo tem aumentado

mais”, resume Jorge Malheiros, investigador do Centro de Estudos Geográficos.

Os dados compilados por este investigador, que compara dois destinos tradicionais – França e Luxemburgo – com Espanha e Reino Unido revelam que a percentagem de emigrantes com o ensino superior que entram nos novos destinos é de 7,5 e 19,3 por cento, enquanto nos destinos mais tradicionais não vai além dos 4,1 por cento. As mulheres também são a maioria dos que entram em Espanha e no Reino Unido.

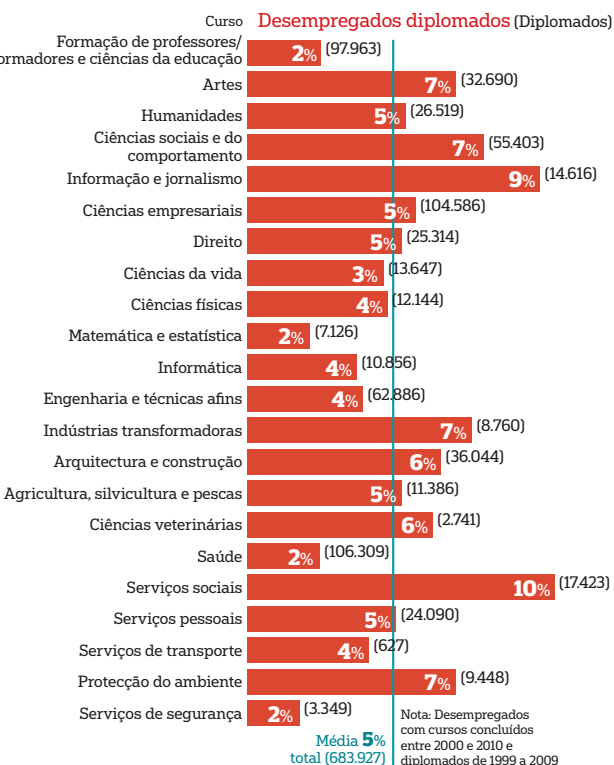
Os números sobre a saída de

portugueses diplomados para o estrangeiro escasseiam, mas há um dado mais ou menos consensual que aponta que 11 por cento dos que terminaram o ensino superior emigram. O problema é que ao contrário de outros países, os licenciados que imigram para Portugal não compensam os que saem.

Angola, Alemanha, Luxemburgo, além da Suíça ou do Reino Unido têm-se afirmado como os destinos mais comuns. Espanha também, mas com a crise os fluxos para o país vizinho têm-se reduzido, frisa o geógrafo. R.M.

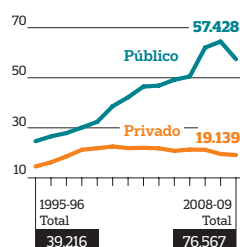
Conjunto dos cursos com mais e menos aceitação pelo mercado

Dados de 1999 a 2009



882.165 diplomados de 1995-96 a 2008-09

Em milhares



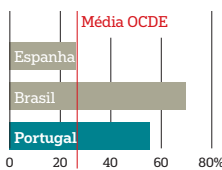
Nota: Inclui todos graus e diplomas conferidos por estabelecimentos de ensino superior.

Olhar para a floresta

As médias esbatem as dificuldades particulares agravadas de algumas escolas e mostram que cinco em cada 100 licenciados, neste período, não encontraram emprego. Quem tem mais razões de queixa é quem estudou nas áreas de serviços sociais e jornalismo.

Esforço compensado

Licenciados que trabalham têm um prémio de rendimento superior à média da OCDE. 2008



Maria do Carmo

Mestre em tecnologia alimentar, 27 anos, vende pipocas no cinema

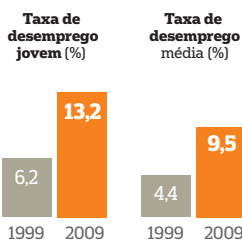
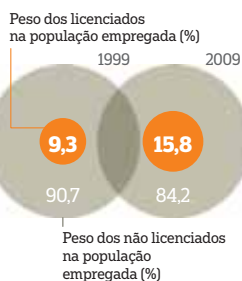
“Quem me vai dar emprego com um doutoramento?” A pergunta traduz a principal dúvida com se confronta Maria do Carmo: “Será que vale a pena investir em investigação?”, insiste a jovem, de 27 anos, com um mestrado em Tecnologia Alimentar. Por enquanto vende pipocas e bilhetes de cinema num cinema do centro comercial Fórum Algarve — recebe 500 euros por mês por um trabalho a meio tempo, 26 horas por semana. “Nada mau”, diz, recordando que a maioria dos colegas de faculdade, a trabalhar em auditorias, ganha menos.



Maria do Carmo está habituada a enfrentar dificuldades. No penúltimo ano do curso de Engenharia Alimentar, para financiar os próprios estudos na Universidade do Algarve, começou a trabalhar três dias por semana, quinta, sexta e sábado. “Recebia 70 euros por 12 horas de trabalho sem parar. Pegava o serviço às seis da tarde no restaurante, largava à meia-noite, e a seguir ia para um bar/discoteca, propriedade do mesmo patrão, até às seis da madrugada”. O emprego de assistente no cinema permite-lhe manter em paralelo o trabalho de investigação na área da azeitona. “O meu objectivo é aprender, estudar e publicar artigos científicos para ganhar currículo.” Diz que o futuro poderá estar em Espanha. “Neste campo é lá que estão os melhores cientistas do mundo.” Por isso, na Universidade do Algarve, juntamente com a investigadora Célia Quintas, tem vindo a trabalhar em projectos de cooperação entre o Algarve e Andaluzia. O doutoramento surge como percurso natural dos estudos que tem vindo a desenvolver, mas o

mercado de trabalho causa-lhe alguma apreensão: “Aos 30 anos, doutorada, será que alguém me dá emprego?” insiste na pergunta, sabendo que não terá resposta fácil. “Do conjunto dos meus colegas, assistentes no cinema, cerca de 90 por cento são licenciados”, exemplifica. Situação idêntica verifica-se aos balcões das lojas de roupa do Fórum Algarve. Maria do Carmo, natural de Avis, Portalegre, é persistente quanto ao seu rumo. Quando ainda estava a terminar a licenciatura aceitou um estágio profissional numa fábrica de azeitonas em Tavira, na esperança de ali poder fazer carreira como engenheira alimentar. Falhado esse objectivo, virou-se para o mestrado, começando ao mesmo tempo a trabalhar num *call-center*, cinco horas por dia, depois do trabalho no laboratório. Quando chegava ao sábado, amealhava mais uns euros com a colaboração que prestava no bar do Pátio de Letras, e assim o orçamento chegava até ao fim do mês, sem sobressaltos.

Idalio Revez



Fontes: dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; INE

O problema passarão a ser os que não têm qualificações e os desempregados de longa duração.” Mas são absorvidos em que regime? O presidente do IEFP admite que a precariedade e a dualidade do mercado de trabalho são os grandes desafios do poder político, que terá que encontrar soluções para integrar os recibos verdes no sistema de segurança social e de protecção ao desemprego.

Francisco Lima, economista do Instituto Superior Técnico que tem feito alguns estudos sobre a inserção dos jovens no mundo laboral, lembra que o problema da dualidade do mercado de trabalho não afecta apenas os jovens e os diplomados. É também um problema dos mais velhos que perderam o emprego ou das mulheres. E não acredita que seja a mudança das leis laborais — tornando mais fáceis e baratos os despedimentos — que irá

resolver o problema. “Numa situação de crise como a que Portugal atravessa, as empresas procuram formas mais flexíveis de contratação, mas uma empresa que queira ser competitiva não tem interesse numa grande rotatividade de mão-de-obra.”

E explica o sucesso da música de que se fala: “Se o país estivesse a crescer, a música seria um hino para uma franja reduzida da população. Mas ela aparece precisamente numa situação de crescimento nulo e de elevadas taxas de desemprego...”

Há também o problema da estrutura empresarial. “A qualificação dos nossos empresários é pior do que a dos operários. E com este tipo de empresários não criamos empregos para diplomados com ensino superior”, acrescenta Alberto Amaral, da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. “Aqueles apostas

que andámos anos a fazer em tecidos de má qualidade, galos de Barcelos e esse tipo de coisas, isso morreu, na Europa não leva a lado nenhum. O que é preciso é mudar o que se produz, como se produz, o que se exporta”, diz. E “esperar uma geração... e que os políticos não façam mais burrices”.

A universidade não escapa às culpas. Matias Ramos, bastonário da Ordem dos Engenheiros, não perdoa: “Há em Portugal perto de 600 cursos de engenharia, em cima da minha mesa tenho pedidos de parecer para 39 novos cursos. Alguém acredita que um país com a nossa dimensão precisa disto tudo?” Tem que haver selectividade e um ajustamento entre a oferta e a procura para as famílias saberem no que devem investir.

Embora seja unânime que a canção dos Deolinda alerta para um proble-

ma real há quem veja nos versos “É fico a pensar que mundo tão parvo que para ser escravo é preciso estudar” uma mensagem “perigosa”.

Oito meses para um emprego

“O lado certo da canção é alertar para as largas dezenas de estagiários sem remuneração e para os jovens que estão a recibos verdes. Mas também passa uma mensagem que deixa implícito que não vale a pena estudar”, alerta o presidente do IEFP. “O que não é verdade. Um diplomado no desemprego demora em média oito meses a encontrar emprego enquanto um que não tenha formação superior demora 15 meses.”

Francisco Lima, que no ano passado fez um estudo para o INE sobre a relação entre a qualificação e a rapidez com que se entra no mercado de trabalho, não tem dúvidas. Dois anos

após terem terminado o ensino, mais de 40 por cento dos jovens com o básico ainda procuravam emprego e apenas 25 por cento dos licenciados permaneciam nessa situação.

O último relatório da OCDE *Education at a Glance* também é claro quando diz que Portugal é o segundo país da organização, a seguir ao Brasil, onde o prémio salarial dos licenciados que entram no mercado de trabalho é mais elevado. Quem faz uma licenciatura ou um grau mais elevado ganha duas vezes mais do que a média. E comparativamente aos que não foram além do secundário ou de um curso profissional, o ganho é 80 por cento superior. Porém, enquanto a taxa de desemprego dos diplomados na OCDE se tem mantido, nos últimos anos, abaixo dos quatro por cento, em Portugal fica acima do cinco por cento. *Com Andreia Sanchez*

Destaque

Geração parva Diplomado sem emprego é mulher e tem menos de 35 anos

“

Parva que sou

Por Deolinda

Sou da geração sem remuneração. E não me incomoda esta condição. Que parva que eu sou.

Porque isto está mal e vai continuar, Já é uma sorte eu poder estagiar. Que parva que eu sou.

E fico a pensar: Que mundo tão parvo, Onde para ser escravo É preciso estudar.

Sou da geração “casinha dos pais”. Se já tenho tudo, p’ra quê querer mais? Que parva que eu sou.

Filhos, maridos, estou sempre a adiar, E ainda me falta o carro pagar. Que parva que eu sou.

E fico a pensar: Que mundo tão parvo, Onde para ser escravo É preciso estudar.

Sou da geração “vou queixar-me p’ra quê?” Há alguém bem pior do que eu na TV. Que parva que eu sou.

Sou da geração “eu já não posso mais!”, E esta situação dura há tempo demais, E parva eu não sou!

E fico a pensar: Que mundo tão parvo, Onde para ser escravo É preciso estudar.

”

André Pestana

Depois do doutoramento, teve que “pagar para trabalhar”

Quando os pais lhe perguntavam se se imaginava a dar aulas respondia: “Stôr não quero ser.” Ainda assim, escolheu Bioquímica na hora de se candidatar à universidade. Licenciou-se em 2002, fez o estágio, começou a dar aulas. Tomou-lhe o gosto. E hoje, “stôr” é precisamente o que André Pestana mais gosta de ser. Tem 34 anos, um doutoramento e vive com um contrato a prazo que termina em Agosto. Ganha 1100 euros que, com a bolsa da companhia, de 32 anos, pagam as contas. Se para o ano conseguir outro contrato é algo que não sabe.

Parece ter uma energia inesgotável. Começou por ser professor com um horário incompleto numa escola de Oliveira do Hospital e ao mesmo tempo frequentava um mestrado em Coimbra em Ecologia. “Fazia 160 quilómetros por dia.” Depois candidatou-se a um doutoramento para fazer investigação na Amazônia. “Foi uma experiência incrível do ponto de vista científico e pessoal.” Já tinha feito 30 anos quando defendeu a tese (sobre alterações climáticas) e quis voltar à escola, como professor, com a experiência que ganhara no terreno nos quase cinco anos anteriores. As regras do Ministério da Educação dizem, contudo, que quem se candidata a um contrato é penalizado caso não tenha dado aulas nos dois anos anteriores. Resultado: no primeiro concurso ao qual concorreu foi ultrapassado por professores que tinham tido notas de licenciatura inferiores à da dele. Acabou por aceitar um horário de seis horas semanais,



em Serpa, a ganhar 360 euros (o que não dava para pagar a renda da casa em Lisboa, quanto mais para ir a Serpa dar aulas de segunda a quarta). “Telefonei aos meus pais e disse: ‘Ajudem-me!’” Precisava de dinheiro para “pagar para trabalhar”. E garantir que, no concurso seguinte, tinha algumas horas de aulas dadas para exhibir. Este ano, pela primeira vez, aos 34 anos, foi colocado numa escola, por um ano inteiro. Depois se verá. Admite que ter filhos, por exemplo, é algo que acaba por ser adiado nesta situação da instabilidade. “Nunca há só um factor para as coisas, mas na prática não há condições.”

Está longe de desanimar. Constituiu com outros professores um movimento (chamado 3R) que se reúne regularmente para debater os problemas da educação. Acredita que a qualidade da escola pública deve melhorar. Diz que não vai desistir de lutar. **A.S.**

Luís Brás

Agrónomo, 35 anos, vende electrodomésticos

Luís Brás, 35 anos, ambientalista, licenciado em Engenharia Agronómica, vende electrodomésticos numa loja do centro comercial Fórum Algarve. O emprego surgiu-lhe depois de “muito procurar”, sem sucesso, ser útil na área que lhe é próxima – hortifruticultura, planeamento e espaços verdes. Optou por um dos cursos “com futuro”, dizia-se há 30 anos quando foi fundada a Universidade do Algarve (Ualg). A agricultura e a biologia marinha foram apontadas como áreas consideradas “estratégicas” para a região, mas os estudantes mais jovens formados nesses domínios oscilam entre o desemprego e a precariedade feita de contratos de trabalho sazonal.

Há dez anos, recorda o engenheiro, o curso de Agronomia na Ualg tinha 40 vagas por preencher, actualmente fica-se pela dezena de alunos. Após ter desenvolvido durante dois anos projectos na área da preservação da floresta, integrado na associação ambientalista Almargem, Luís Brás encontrou como solução de recurso trabalho no Jumbo em Faro. “Desisti da ideia de fazer mestrado”, diz, revelando alguma frustração pela “ausência de saídas profissionais”. É que, explica, as perspectivas são “tão cinzentas que a prioridade é mesmo garantir um salário ao fim do mês”. O ordenado que aufer, incluindo prémios de produtividade, varia entre os 700 e os 800 euros. Por outro lado, a possibilidade de um emprego estável, desde há três anos, criou as condições para o casamento. Mas a compra de casa, como



fizeram os pais, “isso, não será possível”, conclui. Sobre a carreira que ficou pelo caminho, comenta: “Ninguém se forma só para ter um título, existe uma expectativa. Mas quando chega à altura de mostrar as competências, o país não reconhece”, lamenta. O emprego no comércio está longe de ser aquilo que tinha imaginado, mas nem tudo foi mau: “Acho que sou um pouco tímido, e o contacto com o público permitiu-me outras descobertas”, confidencia. Sobre os jovens que andam à deriva, em busca de trabalho, enfatiza: “Muitas das vezes existe a ideia que esta geração se acomoda, vivendo à custa dos pais – não é bem assim”. No seu caso, recorda o “desconforto” que sentia quando, mesmo já depois de licenciado, dependia da ajuda familiar. Ao atingir os 35 anos, Luís Brás acha que está “condenado” a não poder fazer aquilo que gostaria. **Idálio Revez**

Desempregados com “canudo” crescem mais do

Andreia Sanches

Serviços Sociais, Jornalismo e Ciências do Comportamento entre as áreas mais complicadas

● Jovens com menos de 35 anos, uma maioria de mulheres, na maior parte dos casos à espera de colocação há menos de um ano. Em Junho de 2010 havia cerca de 43 mil diplomados inscritos no centro de emprego – mais 15 por cento do que um ano antes. E é este o seu retrato. Continuam a ser uma pequena fatia do universo dos que não têm trabalho (oito por cento). Mas o número de desempregados com um curso superior aumentou. E a um ritmo maior do que o registado no desemprego em geral, que subiu

12 por cento, segundo um relatório do Ministério da Ciência e Ensino Superior divulgado esta semana.

O levantamento, que tem como título *A procura do emprego dos diplomados com habilitação superior*, é feito semestralmente, desde 2008. Baseia-se nas inscrições dos candidatos a emprego, registadas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, e na informação fornecida anualmente pelas instituições de ensino. Mostra apenas uma parte da realidade do desemprego, já que, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), cujos cálculos são feitos com outra metodologia (com base nos inquéritos às famílias), o universo é bem maior. No terceiro trimestre de 2010, do total de 609 mil desempregados, 11,2 por cento tinham concluído um curso superior: eram

68,5 mil, segundo o INE, mais 6,5 por cento do que no ano anterior.

Regresse-se ao relatório do ministério. A sua mais-valia é a tentativa de identificar algumas áreas de formação em que o peso relativo dos inscritos nos centros de emprego é mais alto, por relação com os diplomados nessa área entre 2000 e 2010. Alguns resultados: quase dez por cento dos que se diplomaram, nesse período, em Serviços Sociais e nove por cento dos formados em Informação e Jornalismo estavam em Junho do ano passado à procura de trabalho.

A estas duas áreas seguem-se as das Ciências Sociais e do Comportamento (onde se incluem cursos como Psicologia e Relações Internacionais) e das Indústrias Transformadoras (onde se encontram várias engenharias).

Serviços de Segurança, Matemática e Estatística, Formação de Professores e Saúde são, no outro extremo, as áreas com menor peso.

A tutela lembra que há grandes diferenças entre cursos – alguns até podem ter “elevados níveis de procura de emprego” mas não estar nas áreas onde aparentemente há mais trabalho.

O documento, que aconselha “cautela” na análise quando esta inclui os inscritos à procura do primeiro emprego (e que correspondem a cerca de 30 por cento dos 43 mil retratados), mostra, por fim, que o aumento dos que recorrem aos centros de emprego com habilitação superior tem, desde Março, sido maior do que o registado no grupo dos desempregados com apenas o ensino básico. Números: os desempregados sem qualquer